

# CADERNOS Jurídicos

# 67

Abril de 2017

## REFORMA DO REGISTRO EMPRESARIAL

MARCUS VINICIUS  
TADEU PEREIRA

Advogado, Mestre em Direito do  
Estado pela UFPR;

Diretor do Departamento de  
Direito Comercial do Instituto dos  
Advogados do Paraná – IAP;

Membro da Comissão de Direito  
Empresarial da OAB-PR;

Membro do Instituto Brasileiro de  
Registro Empresarial - IBRemp

Procurador Regional da Junta  
Comercial do Paraná.

O registro de empresas foi por muito tempo subestimado, ao menos pouco entendido. Em meio a estatísticas sobre agilidade e organização na abertura de empresas, nas tabelas das quais o país sempre esteve muito atrasado, o serviço prestado pelas juntas comerciais dos estados era mais limitado e relegado a um papel coadjuvante.

Um longo caminho de modernização teve início, contudo. Houve há alguns anos uma reorganização do sistema nacional de registro e dos órgãos que o compõem, derivado de política governamental, como por exemplo o aprimoramento do antigo departamento nacional de registro, o DNRC, substituído pelo atual DREI – Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, que passou a ser órgão vinculado à Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

Foi com o advento da lei n. 11598/2007, que instituiu o registro empresarial integrado - a chamada REDESIM -, que objetivamente se passou a entender o registro como fase essencial para o desenvolvimento empresarial, e portanto sócio-econômico do país. Passou a ser meta constante a melhoria da posição do país naqueles *rankings* estatísticos sobre tempo de abertura de empresas.

A lei da REDESIM deu nova relevância às juntas comerciais, que deixaram de ser somente um órgão de registro de documentação societária, e passaram a ser a “porta de entrada” do registro societário integrado, isto é, o órgão pelo qual se organiza e se fornece o registro integral de uma empresa que se constitui ou se modifica. O escopo da REDESIM é or-

ganizar, unir e simplificar o registro de empresas, de modo que o empresário não mais precise transitar entre diversos órgãos estatais para obter suas diversas licenças e cadastros. A entrada de processo de constituição ou alteração de empresas, na junta comercial, implica em registro integrado com as receitas federal, estadual e municipal, a concessão de alvará e deferimento em órgãos de licenciamento, como os de saúde, sanitários, corpo de bombeiros, meio ambiente etc., sempre que necessários à atividade pretendida.

O registro integrado é projeto ainda em construção, porque depende da implantação de sistemas que integrem as três esferas da administração, em todos os estados do país, e estes ainda a registros nacionais. No entanto, o Paraná ocupa uma posição de vanguarda nesse processo, tendo já finalizado a integração com mais de duzentos municípios, além de praticamente todos os demais órgãos de estado que de alguma forma participam do processo de abertura e/ou legalização de empresas, como as receitas federal, estadual etc.

Nessa seara, o DREI, que é o órgão federal coordenador do sistema de registro, também procurou aprimorar sua atuação, com novas estrutura e procedimentos. Já no ano de 2013, havia atualizado o conjunto de suas Instruções Normativas, que são as regras pelas quais procura sistematizar e padronizar o registro empresarial.

Se naquela fase já houve avanço nesse sentido, a partir do ano de 2016 o DREI, reformulado, passou a atuar de forma inédita e benfazeja, buscando aprimorar ainda mais as regras do sistema de registro em parceria com as juntas





comerciais dos estados, que são, a rigor, os órgãos executores do registro, portanto com experiência “de campo” e com maior contato com os empresários, advogados e contadores que atuam na área.

As comissões e grupos de trabalho formularam novas instruções normativas, sujeitas a consulta pública, que resultaram em um novo conjunto de regras mais atualizadas, atualmente em *vacatio legis* e com início de vigência no próximo mês de maio de 2017. Ainda que nelas possam haver imperfeições, é alvissareiro que tenham sido formatadas, pela primeira vez, em conjunto pelo órgão regulador e pelas juntas comerciais, de modo a conferir maior cunho prático e mais afinado com a realidade do registro empresarial.

As novas instruções normativas tentam ultrapassar as questões meramente formais, alcançando melhor as definições legais de atuação societária. Entre vários outros exemplos, alguns dos quais certamente serão alvo de controvérsias, destaca-se a regulação mais precisa, amparada na prática que só o tempo traz, das EIRELIS, como a admissão expressa de sócio pessoa jurídica; a simplificação os processos de cisão, fusão e transformação de empresas; a padronização de registros interestaduais (de filiais, transferências de sede etc.); as novas regras de validade de procurações; a unificação de ritos que hoje são dependentes de registro paulatino, de atas, alterações, averbações etc.

O processo de atualização normativa não se limita à publicação das novas INs, contudo. Além dos esforços para atualização da lei do registro (lei 8934/94), estão em estudo projetos de alteração legislativa referente aos chamados

“agentes auxiliares do comércio”, como leiloeiros e tradutores juramentados, profissões sujeitas a cadastro e fiscalização pelas juntas comerciais, mas atualmente regulados por decretos-lei vigentes desde 1932 e 1943, respectivamente.

Outro aprimoramento em preparo é a admissão do trâmite eletrônico dos registros societários, hoje ainda parcial. À semelhança do processo judicial eletrônico, a ideia é eliminar os registros em papel, de forma segura e célere, medida que certamente irá reduzir o tempo de abertura e legalização de empresas, ao mesmo tempo garantindo uma segurança maior no processo.

Por outro lado, o sistema de registro, mais organizado e integrado, se une a outras esferas de controle, melhor fiscalizando e tolhendo ilegalidades em atos societários, como é o caso da admissão de documentos com assinatura e certificação digital, da nova inteiração com os cartórios, em relação às espécies de sociedade cujos registros são de sua alçada, ou ainda a integração com o fisco e com o COAF, já em pleno funcionamento, na luta contra lavagem de capital e evasão fiscal.

Integração. Esta é a palavra chave para compreender, e mais ainda, aproveitar os novos rumos do registro empresarial em nosso país. As inovações que são mencionadas neste breve artigo, entre as quais as novas leis e instruções normativas, são parte importante de um processo geral de melhoria do ambiente de negócios, visando todos os seus inerentes benefícios sócio-econômicos. A participação e a contribuição dos advogados, em geral, e da OAB, em especial, será relevantíssima para esse mister.

## O REGISTRO DE EMPRESAS MERCANTIS E A ALMEJADA INTEGRAÇÃO – DA TEORIA À PRÁTICA. A VISÃO DO USUÁRIO

**CAROLINA  
PIMENTEL SCOPEL**

Advogada inscrita na OAB/PR  
sob n.º 35.223

Especialista em Direito Processual Civil pelo  
Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar

Especialista em Contabilidade e Finanças  
pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Tradutora Pública e Intérprete  
Comercial do Idioma Inglês (Matrícula  
JUCEPAR n.º 12/180)

Coordenadora do departamento societário  
no escritório Casillo Advogados

O registro público de empresas mercantis, que é coordenado, regulamentado e supervisionado por órgãos da administração pública federal, é executado e administrado em cada Estado da Federação pelas Juntas Comerciais, que são os órgãos locais incumbidos de executar os atos atinentes ao registro público das empresas mercantis.

Desde o advento da lei federal<sup>1</sup> que dispõe sobre o registro de comércio, passando pela entrada em vigência do

Código Civil de 2002, uma gama bastante ampla de leis, decretos, portarias e instruções disciplina atualmente o registro de empresas, empresários e sociedades em geral.

A criação, pela Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, do sistema denominado REDESIM – Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, tem por objetivo primordial permitir a simplificação de procedimentos, integrando todos os órgãos e entidades responsáveis pelo registro, inscrição, alte-

<sup>1</sup> Lei Federal n.º 8.934, de 18 de novembro de 1994, regulamentada pelo Decreto n.º 1.800, de 30 de janeiro de 1996.



ração e baixa de empresas, passando a concentrar o envio de todos os documentos e dados necessários em um único protocolo perante as Juntas Comerciais.

A ideia central da REDESIM é a desburocratização dos procedimentos necessários para criar, baixar ou alterar dados de uma empresa ou sociedade empresária. Ou seja, ao invés de impor ao empresário o arquivamento de seu ato constitutivo perante a Junta Comercial, para, somente na sequência, requerer alvará de funcionamento, inscrição perante o CNPJ da Receita Federal, licenças de órgãos ambientais, sanitários, Corpo de Bombeiros, dentre outros; mediante a utilização da integração de processos disponibilizada pela REDESIM, o objetivo é que o empresário, ao ter seu ato constitutivo deferido e arquivado pela Junta Comercial competente, obtenha desde logo os demais cadastros, licenças e registros necessários ao pleno e legal exercício de sua atividade.

Os usuários dos serviços de registro de comércio, todavia, vêm enfrentando nos últimos anos, percalços e desafios quando da utilização dos serviços disponibilizados pela REDESIM.

O primeiro grande desafio é efetivamente disponibilizar ao usuário um sistema que garanta o mínimo de segurança jurídica e padronização. Isso porque, o empresário que é titular de empresa ou sociedade empresária em um determinado Estado da Federação e com filiais espalhadas por outros Estados, por exemplo, certamente já percebeu, quando se trata de registro de comércio, que para arquivar um ato absolutamente idêntico em diferentes Juntas Comerciais, os requisitos e procedimentos podem ser distintos e até divergentes. Considerando que a implantação da REDESIM se encontra em estágios de evolução diversos nos Estados da Federação, é comum deparar-se com situações em que o arquivamento foi realizado num Estado, mas encontra dificuldades para ser arquivado em outro.

Outro desafio é permitir ao usuário que utiliza a REDESIM uma tramitação célere e, dentro do rigor da lei, desburocratizada e eficiente. Tal desafio pressupõe, antes de mais nada, capacitação de pessoal, tornando-os aptos a dar respostas em prazo razoável e com embasamento legal. Mais além, é necessário que as especificidades da atividade pública não impactem de forma negativa – e muitas vezes fatal – no exercício da atividade econômica – que é a real propulsora de renda, empregos e tributos neste país. Exemplificativamente, um empresário que pretenda instalar um simples comércio (atividade não considerada de alto risco) numa cidade do interior do Estado, deverá contar, previamente ao arquivamento de seu ato constitutivo, com a resposta da Prefeitura local acerca da viabilidade do endereço escolhido para o exercício daquela atividade, com o parecer favorável do Corpo de Bombeiros, com eventual manifestação dos órgãos de vigilância sanitária e, por fim, de forma concomitante ao registro de seu ato constitutivo, com a inscrição pela Receita Federal do Brasil, de seu CNPJ. Tais respostas, pareceres, inscrições e registros devem acontecer de forma concomitante, independentemente da época do ano, livres de interferências afetas a problemas de sistemas de informática ou greves de servidores, pois, como já dito, é o exercício regular da atividade econômica que está em jogo.

No Estado do Paraná<sup>2</sup>, a JUCEPAR – Junta Comercial do Paraná, já implantou o portal “Empresa Fácil Paraná”, por meio do qual é feita a integração entre os dados cadastrais da Receita Federal e os diversos órgãos estaduais e municipais que participam dos processos de constituição, altera-

ção e baixa de empresas. Nem todos os municípios do Estado estão integrados ao sistema<sup>3</sup>, mas é possível afirmar que em relação aos municípios onde já há a implantação, os resultados vêm se mostrando, em sua maioria, satisfatórios.

O “Empresa Fácil Paraná”, cuja utilização passou a ser obrigatória para determinados atos desde meados do ano de 2015, vem se mostrando como um dos sistemas mais eficazes da REDESIM. As inconsistências verificadas pelos usuários têm sido objeto de atenção do Plenário do Colégio de Vogais da Jucepar. Prova disso é a Resolução Plenária n.º 004/2016 que estabelece alguns atos e eventos relativos a empresas, sociedades empresárias e empresários, que podem ser apresentados pelo sistema disponível para arquivamentos e registros previamente à implantação do “Empresa Fácil Paraná”. É importante, pois, que os usuários dos serviços da Jucepar utilizem, constantemente, os canais de comunicação disponíveis a fim de levar ao conhecimento da Jucepar eventuais dificuldades enfrentadas, a fim de que os serviços disponíveis aos cidadãos atendam às necessidades das empresas que atuam no Estado.

Ao se analisar o estágio de implantação da integração preconizada pela legislação federal nos demais estados da Federação, observa-se que se está ainda muito longe daqueles objetivos e diretrizes estabelecidos pela lei em 2007. Sim, passaram quase 10 anos, a integração ainda é um projeto que, não obstante, na teoria, tenha como principal objetivo a desburocratização, simplificação e celeridade em prol do empresário e das empresas do país; na prática, ainda tem trazido indesejáveis surpresas. Em algumas Juntas Comerciais de maior movimento do país, aquelas responsáveis pelo arquivamento e registro de uma quantidade enorme de empresas, uma simples certidão de inteiro teor ainda não pode ser obtida via internet. Assim, caso o usuário tenha a intenção de utilizar o documento com fins de certidão, deverá requerê-lo presencialmente no balcão da Junta Comercial. Esse é apenas um dos diversos exemplos que demonstram a distância entre os diversos Estados da Federação no que diz respeito à integração de dados, ao acesso de documentos e informação ao usuário, à simplificação de processos e procedimentos.

É crucial nessa evolução rumo à integração, portanto, que os usuários colaborem, façam sua parte e participem, já que o resultado final a todos deve beneficiar. Aos operadores do Direito que representam interesses de empresários, cabe a busca pela atualização e vigilância constantes, a fim de cooperar para que, com sistemas claros, rígidos e céleres, os empresários não sejam onerados com exigências no decorrer da tramitação dos atos submetidos a registro e arquivamento.

Em âmbito federal, é importante estar sempre atualizado com as normativas expedidas pelo DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração, vinculado à Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, que tem como missão normatizar e coordenar o registro de comércio em âmbito nacional, orientando as Juntas Comerciais acerca das regras a serem observadas no registro e arquivamento de atos. No início do mês de março de 2017, o DREI publicou novas Instruções Normativas com o objetivo de atualizar e aprimorar algumas normas de registro. Especial destaque deve ser dado à Instrução Normativa DREI n.º 38, de 02 de março de 2017, que aprova os manuais referentes ao registro de empresário individual, de sociedade limitada, de empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, de cooperativa e de sociedade anônima. Tal instru-

<sup>2</sup> O decreto 4.798, de 30 de maio de 2012, instituiu o subcomitê estadual responsável pela implantação da REDESIM no âmbito do Estado do Paraná.

<sup>3</sup> É possível verificar o mapa dos municípios implantados em <http://www.empresafacil.pr.gov.br>





ção entrará em vigor em 02 de maio de 2017 e especifica os requisitos mínimos a serem observados para apresentação de atos perante as Juntas Comerciais.

Em âmbito estadual, vale a observação de que as Juntas Comerciais têm autonomia para expedir normas relativas aos serviços prestados aos usuários. Tais normativas usualmente são ditadas por meio de portarias ou resoluções que devem, obrigatoriamente, observar a legislação federal sobre o assunto. No Paraná, a Jucepar aprovou, por meio da resolução plenária n.º 010/2016, de 04 de novembro de 2016, o “Manual de Procedimento para o Arquivamento de Atos na Jucepar”. Referido Ma-

nual detalha a forma e procedimento a serem observados pelos vogais e relatores da Jucepar quando da análise de atos do registro mercantil. Dando prévio conhecimento de tal Manual aos usuários, a Jucepar contribui sobremaneira para a celeridade da aprovação de atos, garantindo segurança jurídica aos usuários de seus serviços.

A integração dos órgãos essenciais ao registro de empresas mercantis é, definitivamente, urgente e necessária. Ela deve vir acompanhada de segurança e celeridade aos usuários, a fim de que o ambiente do país fique cada vez mais propício à realização de negócios e ao desenvolvimento econômico.

## BREVES APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE OS AVANÇOS DO REGISTRO PÚBLICO MERCANTIL E DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

**NATÁLIA  
VILLAS  
BÔAS  
ZANELATTO**

Advogada na Andersen  
Ballão Advocacia  
OAB/PR 55.695

O registro público de empresas mercantis ultrapassa o múnus público de arquivo e publicidade dos atos jurídicos empresariais, assumindo contornos de instrumento de desenvolvimento social do Estado brasileiro.

Ao analisarmos referida atividade, não se deve ater às finalidades previstas na Lei nº 8.934/1994 e na normativa suplementar, mas buscar os efeitos desta sobre os empresários. Estes, cujos atos por um lado alimentam o sistema e por outro dele dependem, desenvolvem-se proporcionalmente aos avanços do registro mercantil.

Por avanços, aqui, entenda-se não apenas aqueles que dizem respeito à forma, procedimentos e tecnologia, mas ao modo de interpretar a legislação com vistas a estimular o incremento da atividade empresarial sem, contudo, reduzir a segurança e idoneidade registral.

É de se observar, contudo, que se trata de delicado jogo, em que a excelência não é alcançada pelo controle absoluto dos atos empresariais, mas pelo equilíbrio entre o que deve passar pelo crivo registral e o que toca à autonomia empresarial.

Assim, é razoável relacionar o progresso da atividade comercial de um Estado ao fino aprimoramento do sistema de registro mercantil.

O mesmo se dá no sentido oposto, em que o registro se atualiza e renova para atender aos modelos de desenvolvimento da atividade empresária criados pelos anseios dos empreendedores. Observa-se, atualmente, a intensificação deste cenário, na medida em que novas formas são introduzidas e as tradicionais, colocadas à prova, são revisitadas

sob ponto de vista crítico.

Exemplo das inovações nos modelos é a empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI), criada em 2011 em resposta à demanda dos empresários que não possuem interesse em constituir vínculos associativos, mas não podem assumir o risco de responder com o seu patrimônio pessoal por responsabilidades da empresa.

A EIRELI impulsionou a atividade registral a renovar os seus padrões conciliando elementos de empresário e sociedade e criando um terceiro e novo modelo. Tal situação foi notável especialmente por serem as formas de registro tão distintas entre empresário e sociedade, o primeiro constituído por um formato bastante simples, declaratório, e a segunda exigindo contrato específico que estabelecesse direitos e obrigações na relação complexa existente entre sócios, administradores e sociedade.

O desafio, naturalmente, não se limitou à forma de registro, mas à interpretação da normativa que, por exemplo, não estabelecia se a pessoa jurídica poderia ser titular de uma EIRELI. Diante disso, o Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) posicionou-se editando Instruções Normativas, recentemente revisadas para admitir que as EIRELIs tenham como titular uma pessoa jurídica, nacional ou estrangeira. Tal posicionamento, contudo, é fruto de longa análise e debates com a sociedade civil, e denota a relevância do exercício consciencioso e cuidadoso da atividade registral para o desenvolvimento das formas empresariais.



Outro exemplo digno de nota, igualmente extraído das Instruções Normativas recentemente emitidas pelo DREI, são as normas que regulam a outorga de procuração por empresários ou sócios estrangeiros para representantes legais residentes no Brasil. Com o objetivo de solucionar dúvidas decorrentes da interpretação do Código Civil e Lei das Sociedades Anônimas, bem como de padronizar as orientações às Juntas Comerciais, o DREI editou a Instrução Normativa nº 34, de 03 de março de 2017, mas em vigor apenas em 02 de maio de 2017. Segundo tal normativa, a

procuração deverá ser outorgada por prazo indeterminado e arquivada em processo autônomo na Junta Comercial. Acresce-se a tais orientações a documentação que deve instruir o registro da procuração e formalidades de legalização ou apostila, tradução e registro no cartório de registro de títulos e documentos.

Tem-se, portanto, a sinergia entre o sistema de registro de empresas mercantis e os empresários, funcionando organicamente em busca da transformação e desenvolvimento das formas empresárias no Brasil.

## A INTEGRAÇÃO NACIONAL DOS REGISTROS DE PESSOAS JURÍDICAS NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

**JOSÉ A. CEREZOLI**

Mestrando em Direito da Regulação pela FGV-RJ

Pós-graduado em Direito Societário e Mercado de Capitais pela FGV-RJ e em Direito Empresarial e dos Negócios pela Universidade Cândido Mendes (RJ);

Assessor da Procuradoria da Junta Comercial do Rio de Janeiro;

Presidente do Instituto Brasileiro de Registro Empresarial – IBREmp e Advogado Consultor em Direito Empresarial.

**S**em ingressar na polêmica de ser oportuna ou não a edição de um novo Código Comercial Brasileiro, este estudo parte do ponto em que o Projeto de Lei nº. 1.572/2011, da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Vicente Cândido, passou a estabelecer, por meio do substitutivo apresentado em fevereiro de 2016 pelo Relator-Geral, Deputado Paes Landim, que “não há distinção entre atividades empresárias e não empresárias, qualquer que seja o objeto social ou a forma de o explorar, a sociedade estará sempre sujeita ao Direito Comercial”.

Com isso, as sociedades, independentemente de desenvolverem atividades empresariais ou não, estariam sujeitas a registro perante o Registro Empresarial: “A dicotomia entre as atividades econômicas consideradas empresariais e não empresariais do Código Civil traz dúvidas e insegurança, motivo pelo qual, conforme exposto, optou-se por submeter todas as sociedades, independentemente de sua atividade, ao regime empresarial”.

Nesse contexto, o projeto suprimiu a figura da sociedade simples, de forma que, mesmo aquelas sociedades que hoje, em tese, não exerceriam atividade empresarial passariam a registrar-se como empresárias, perante a Junta Comercial.

Essa alteração ensejou uma forte reação por parte dos Cartórios de Registro, que veem nessa mudança uma retração de suas competências e, por conseguinte, de uma fonte de arrecadação. Por pressão dos cartórios, em 16 de maio de 2016, o Relator apresentou complementação de voto, alterando novamente o texto do pro-

jeto aderindo à proposta de “integração nacional do registro de pessoas jurídicas”, em que os empresários poderiam optar pelo registro nos registros civis de pessoas jurídicas ou nas juntas comerciais.

Diante de pesadas críticas de especialistas da área de Direito Societário à integração nacional dos registros de pessoas jurídicas como se apresenta, em mais uma complementação de voto, de 14 de junho de 2016, o Relator reconsiderou em parte sua posição, estabelecendo que essa mudança passaria a vigorar após a implantação da “Central Nacional de Registros de Empresas”.

Desde então, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1572, de 2011, presidida pelo Deputado Laércio Oliveira vem tentando votar o projeto, ainda sem sucesso.

De acordo com o Relator do Projeto, seria salutar a concorrência entre os órgãos de registro civil de pessoas jurídicas e as juntas comerciais. Ou seja, os empresários poderiam escolher o órgão de registro de sua preferência.

Entretanto, a vantagem que se espera com essa alteração importante na abordagem em relação às atividades empresariais e não empresariais pode se perder ao se querer “integrar” dois sistemas muito distintos.

O registro público é regulamentado de forma geral pela Lei nº. 6.015/1973, que dispõe sobre o registro civil de pessoas naturais, o registro civil de pessoas jurídicas, o registro de títulos e documentos e o registro de imóveis.

Já o registro de empresas é regido por lei própria, a Lei





nº 8.934/94 e pelo seu regulamento, Decreto nº. 1800/96 e por disposições na legislação societária, sendo organizado na forma de um sistema.<sup>1</sup>

Partindo dessa premissa de que os registros civil e empresarial são regulamentados de forma diversa, podemos oferecer, de forma objetiva, as seguintes diferenças:

| Registro Empresarial  | Registro Civil de Pessoas Jurídicas  |
|---|--|
| a) o registro civil é exercido em regime de caráter privado por pessoas naturais aprovadas em concurso de provas e títulos. | a) a execução do registro de empresas foi delegada expressamente pela lei às juntas comerciais.  |
| b) o Registro Civil de Pessoas Jurídicas se vincula ao Poder Judiciário.  | b) o registro empresarial se vincula ao Poder Executivo Federal. <sup>2</sup>  |
| c) o processo de registro judicializado. <sup>3</sup>   | c) o processo de registro de empresas corre dentro das Juntas Comerciais, tendo como órgão de deliberação o Plenário de Vogais e como autoridade máxima o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. <sup>4</sup>  |
| d) os analistas são concursados com conhecimentos genéricos em Direito.   | d) o corpo de analistas é formado por servidores públicos ou vogais, com comprovados conhecimentos em Direito Comercial e de Registro de Empresas, <sup>5</sup> tendo um órgão deliberativo de revisão formado por representantes do Governo Estadual, dos Conselhos Regionais de Contabilidade, de Administração e Economia, das Seccionais das Seções da Ordem dos Advogados do Brasil e de sindicatos e associações do empresariado local. <sup>6</sup> |

Ressalte-se que as Juntas Comerciais são os agentes integradores estaduais da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, instituída pela Lei nº. 11.598/2007, que busca integrar o processo de registro e legalização de empresas, englobando num mesmo sistema, o registro empresarial, os cadastros da Receita Federal, da Receita Estadual, da Receita Municipal, órgãos de licenciamento urbano municipais, órgãos da vigilância sanitária federal, estadual e municipal, órgãos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal, Bombeiros, entre outros.<sup>7</sup>

Assim, embora seja louvável a iniciativa de unificar o registro de empresas, suprimindo do ordenamento jurídico as sociedades simples, essa medida importante pode trazer mais

transtornos para o empresário do que manter-se a dicotomia de registros, ao possibilitar o registro de empresas no RCPJ.

Se por um lado a capilaridade dos registros civis possa ser considerada uma boa medida, haja vista a maior facilidade de acesso das empresas localizadas no interior dos estados, por outro é verdade que esse empresário vai se deparar com cartórios não especializados na área.

Parece que possibilitar o registro de empresas no RCPJ seria um grande erro, tornaria o registro de empresas caótico, muito mais complexo do que já é. Essa medida iria de encontro com todos os esforços nacionais e internacionais de unificação, simplificação, racionalização e integração do registro empresarial.<sup>8</sup>

<sup>1</sup> Além das previsões da Lei nº. 8.934/94, várias leis esparsas fazem alusão ao registro empresarial, tais como a Lei nº. 6.404/76, o Código Civil de 2002, a Lei nº. 11.101/2005, Lei nº. 11.598/2007, etc.

<sup>2</sup> O Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis – SINREM tem como órgão de supervisão, orientação, coordenação e regulamentação o Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, nova nomenclatura do extinto Departamento Nacional de Registro do Comércio, conforme o Decreto nº. 8.579, de 26 de novembro de 2015.

<sup>3</sup> Vide art. 115 da Lei nº. 6.015/73; art. 30, XIII e XIV, da Lei nº. 8.935/94; e § 3º, do art. 865 e § 3º, do art. 885, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Disponível em: <http://cgj.trj.jus.br/documents/1017893/1038412/cncgj-extrajudicial.pdf?v=23>. Acesso em 28 de dez. de 2016).

<sup>4</sup> Vide art. 44 e 47 da Lei nº. 8.934/94; e art. 64 e 69 do Decreto nº. 1.800/96.

<sup>5</sup> Art. 11. Os Vogais e respectivos suplentes serão nomeados, no Distrito Federal, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e nos Estados, salvo disposição em contrário, pelos governos dessas circunscrições, dentre brasileiros que satisfaçam as seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 10.194, de 14.2.2001)

(...)

III - sejam, ou tenham sido, por mais de cinco anos, titulares de firma mercantil individual, sócios ou administradores de sociedade mercantil, valendo como prova, para esse fim, certidão expedida pela junta comercial;

(...)

Art. 42. Os atos próprios do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, não previstos no artigo anterior, serão objeto de decisão singular proferida pelo presidente da junta comercial, por vogal ou servidor que possua comprovados conhecimentos de Direito Comercial e de Registro de Empresas Mercantis. Parágrafo único. Os vogais e servidores habilitados a proferir decisões singulares serão designados pelo presidente da junta comercial.

<sup>6</sup> Vide art. 11 e 12 da Lei nº. 8.934/94.

<sup>7</sup> Importante destacar que a integração faz parte dos esforços do governo federal para estimular a economia brasileira, conforme anunciado em 15 de dezembro de 2016. Vide informações do SEBRAE: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/sebraeaz/projeto-redesim,35e252d13160a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>; e do DREI <http://drei.smpe.gov.br/links-destaques/conheca-a-redesim>. Acesso em 28 de dez. de 2016.

<sup>8</sup> Vide a Lei nº. 11.598/2007.